Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

LEGISLATIVO

A nova correlação de forças na CLDF

Com a reeleição de Celina Leão (PP), base governista busca articular uma relação coesa para aprovação de projetos de partidos aliados, enquanto bancada de oposição ganha reforço e promete fiscalização rigorosa das ações do GDF

» CARLOS SILVA
» IAGO MAC CORD

Rinaldo Morelli/Agência CLDF



Para especialistas, o espaço da esquerda na CLDF será limitado diante da força da base de apoio à governadora Celina Leão (PP)

A reeleição da governadora Celina Leão (PP) consolida uma nova dinâmica de forças políticas no Distrito Federal, estabelecendo o cenário institucional que pautará a relação entre o Palácio do Buriti e a Câmara Legislativa (CLDF) ao longo dos próximos quatro anos. Esse rearranjo é marcado pelo contraste direto entre a busca da base governista por governabilidade e a articulação de uma fiscalização rigorosa por parte da oposição, com representantes de ambos os lados detalhando estratégias para o próximo mandato.

Ao final da apuração de 100% das urnas da capital, Celina assegurou a vitória com 57,18% dos votos válidos, superando Leandro Grass (PT), que obteve 42,82%. Paralelamente ao resultado do Poder Executivo, a oposição expandiu a presença na CLDF, passando de seis para sete parlamentares eleitos na legislatura que inicia em 2027.

Respeito entre poderes

Pelo lado governista, a sustentação política do novo mandato se apoia na validação popular do trabalho realizado e no alinhamento de propostas para os próximos anos. Líder do governo, o deputado Pepa (PP) destaca a aprovação das ações de proximidade com as regiões administrativas (RAs) e a consolidação de um avanço histórico no cenário político local. Sob essa perspectiva, ele ressaltou que a relação com o Palácio do Buriti será pautada pelo respeito institucional e pela harmonia entre os poderes.

"O resultado do segundo turno mostra que a população do Distrito Federal reconheceu o trabalho da governadora Celina Leão. Foi uma vitória construída com presença, diálogo e entregas concretas, que tem também um significado histórico: Brasília elegeu, pela primeira vez, uma mulher para governar a capital do país", afirmou Pepa.

A articulação da bancada governista na Casa buscará garantir a tramitação fluida das matérias de interesse do Executivo, mantendo o foco no desenvolvimento das cidades. O deputado Roosevelt Vilela (PL) pontuou que o Partido Liberal atuará diretamente na construção de convergências entre os distritais. Ele ressaltou que a atuação do bloco governista aliará apoio aos projetos do GDF com o exercício da fiscalização parlamentar.

"Minha atuação será pautada pelo diálogo, pela responsabilidade e pela defesa dos interesses do Distrito Federal. Governabilidade não significa abrir mão da independência do Legislativo. Significa construir soluções, contribuir com o Executivo e, ao mesmo tempo, exercer nosso papel constitucional de fiscalizar e aperfeiçoar as políticas públicas", declarou Vilela.

Mesmo com a consolidação da base governista, alertas sobre os desafios fiscais e operacionais do DF foram trazidos por aliados. O deputado Hermeto (MDB) afirmou que o equilíbrio das contas públicas é condição prévia para garantir a recomposição salarial dos servidores e a melhoria dos serviços na ponta. O parlamentar cobrou urgência no equacionamento das finanças e na resolução dos passivos institucionais para evitar que o desatendimento à população se aprofunde.

"A saúde, a educação, a cultura, o esporte e o transporte são algumas das áreas de suma importância para a qualidade de vida de toda a população. Essas áreas, no entanto, vêm passando por um rápido processo de deterioração, em razão, especialmente, da fragilidade das contas públicas causadas pelo rombo do BRB. É urgente que o Distrito Federal resolva essas questões financeiras e passe a enfrentar os problemas reais que atormentam nossa população", apontou Hermeto.

Compromisso

O deputado distrital Martins Machado (Republicanos) afirmou que pretende manter uma relação de parceria com Celina Leão. "Meu apoio à Celina foi construído no trabalho conjunto, como integrante da base do governo, e reafirmado durante a campanha. Conheço seu preparo e confio no compromisso dela com nossa cidade", declarou.

Martins Machado também defendeu o diálogo entre o Executivo e a CLDF para viabilizar ações e projetos voltados à população. "Nos próximos quatro anos, acredito em uma relação de diálogo e responsabilidade entre o governo e a CLDF. Ela terá em mim um parceiro para construir soluções e cobrar resultados", afirmou o deputado.

Oposição atenta

O líder da minoria, deputado Gabriel Magno (PT), enfatizou que a oposição atuará pautada pela investigação rigorosa de contratos públicos e pela cobrança de transparência no uso das verbas oficiais. O parlamentar relembrou a atuação do bloco em auditorias e representações aos órgãos de controle sobre movimentações no BRB, contratos do Iges-DF e gargalos na assistência social. Magno assinalou que o grupo se manterá mobilizado tanto no plenário quanto nas ruas para combater retrocessos e exigir explicações sobre a gestão dos repasses do Fundo Constitucional.

"Nós já fizemos isso nesse primeiro período, nesses três anos e meio, quase quatro anos. A oposição esteve presente em diversos momentos, inclusive aperfeiçoando e melhorando projetos que o Executivo trouxe, naquilo que entendemos que era benéfico para a cidade. Vamos continuar nos pautando pela defesa da cidade, muito convictos daquilo que recebemos da população, mas é nítido e notório que temos grandes divergências ideológicas e programáticas sobre a cidade", assegurou o líder da minoria.

Caminhando para o sexto mandato na CLDF, o deputado Chico Vigilante (PT) enfatizou que seu mandato não abrirá mão da fiscalização sobre a gestão dos recursos públicos e a garantia dos direitos trabalhistas. O decano afirmou que estará aberto à negociação de pautas de interesse coletivo, mas prometeu irrestrita oposição a medidas que afetem os servidores públicos, os trabalhadores terceirizados ou os serviços essenciais de Brasília. Vigilante destacou que acompanhará de perto os grandes contratos de prestação de serviços do DF.

"Minha posição é muito clara: o compromisso do meu mandato é com a população do Distrito Federal. Se a proposta for boa para o povo, terá meu apoio. Agora, se for para retirar direito do trabalhador, prejudicar o serviço público ou comprometer o patrimônio de Brasília, vai encontrar resistência. Não vou fazer acordo para ficar calado diante do que está errado", disse Vigilante.

Deputado distrital mais votado da história do DF, Max Maciel (PSol) ressaltou que a expressiva aprovação nas urnas será revertida em presença constante nas comunidades e atuação firme junto aos conselhos locais. O parlamentar avaliou que o mandato priorizará a expansão da mobilidade e do transporte público, a defesa do metrô estatizado e a pauta ambiental voltada às periferias. Além disso, Maciel destacou a necessidade de o governo do DF agir com rapidez burocrática para evitar o travamento e a perda de verbas disponibilizadas pela União.

"Nós vamos estabelecer com as cidades um diálogo permanente com os conselhos constituídos, com caravanas rodando essa cidade e com as áreas do Executivo que estão lotadas nesses lugares. A gente vai olhar de ponta a ponta as próprias escolas, postos de saúde e hospitais. Da nossa parte, faremos uma oposição combativa, fiscalizatória, mas construtiva a benefício do nosso povo do DF", concluiu Maciel.

Independência

O deputado distrital eleito Múcio Botelho (PSB) afirmou que pretende adotar uma postura independente e técnica, com fiscalização rigorosa do governo , mas sem descartar o diálogo com a futura governadora. "Eu não fui eleito para brigar com o governo. Fui eleito para melhorar a vida das pessoas, acompanhar e fiscalizar cada ação deste GDF e para ajudar a tirar bons projetos do papel", declarou.

O deputado eleito também criticou o que considera uma transformação das divergências políticas em disputas públicas improdutivas. Para ele, a atuação parlamentar deve priorizar resultados concretos. "A população está cansada de políticos que transformam qualquer divergência em espetáculo. Eu acredito que a política precisa de menos gritaria e mais resultado", disse.

ARTIGO » LEANDRO GABIATI

O desafio da maioria e a oportunidade da minoria

O desafio da maioria e as oportunidades da minoria começam com Celina Leão iniciando o próximo mandato em posição política confortável no Distrito Federal. Reeleita com ampla votação, ela encontrará uma Câmara Legislativa formada majoritariamente por forças de centro e centro-direita e por parlamentares próximos ao governo, de modo que seu desafio não será construir maioria, mas, sim, administrar uma base ampla sem reduzir a autonomia do Legislativo.

Em relação à tendência das maiorias nos estados, essa configuração não é uma excepcionalidade brasiliense, pois a formação de maiorias amplas em torno dos governadores nas assembleias estaduais é recorrente na política brasileira. Como os governadores dispõem de instrumentos políticos, administrativos e orçamentários para organizar coalizões e atrair apoio, isso favorece a governabilidade, embora não signifique alinhamento automático do Legislativo ao Executivo.

No que tange ao risco de ser apêndice, maiorias muito grandes trazem a possibilidade de que o Legislativo seja percebido como apêndice político do governo, conquanto isso não seja inevitável. A Câmara continuará sendo espaço de interesses partidários, territoriais e eleitorais próprios, visto que os deputados se relacionam com o governo, mas também respondem às regiões administrativas e aos grupos que os elegeram. Desse modo, uma bancada numerosa não é necessariamente homogênea, pois os partidos que apoiam Celina têm lideranças, agendas e projetos próprios, ao passo que a disputa pela Mesa Diretora, comissões e pautas específicas mostrará que maioria não equivale a uma base coesa, exigindo que a governabilidade siga baseada em coordenação, negociação e escuta.

Quanto à responsabilidade da oposição, o grupo seguirá minoritário e terá capacidade limitada para impedir votações quando a base estiver unida. Isso, porém, não diminui seu papel institucional, mas reforça o contrário, uma vez que quanto mais ampla a maioria governista, mais importante é ter uma oposição capaz de fiscalizar o Executivo. Sua força não se mede apenas pela capacidade de derrotar projetos, pois ela atua nas comissões solicitando pedidos de informação, audiências públicas, fiscalização orçamentária e acompanhamento das políticas públicas, além de dar visibilidade a temas incômodos ao governo. Consequentemente, sua influência dependerá menos do número de cadeiras e mais da qualidade da atuação, pois uma oposição que apenas vote contra tende ao isolamento, enquanto aquela que fiscaliza, produz informação, apresenta alternativas e dialoga com setores da base poderá ampliar seu peso. Em temas como BRB, transparência do gasto público, contratos e decisões administrativas, haverá, portanto, espaço para atuação mais incisiva.

No que se refere ao cenário federal e local a partir de 2027, há uma particularidade: o DF seguirá governado por uma coalizão de centro-direita, enquanto o governo federal estará sob o comando da esquerda. Por conseguinte, Celina precisará manter uma relação de diálogo com a União, pois os interesses do DF dependem dessa coordenação, ao passo que deputados de oposição próximos ao governo federal poderão atuar como interlocutores em diversas agendas, especialmente nas questões ligadas ao Fundo Constitucional do DF. Embora o próximo ano comece com assimetria entre governo e oposição, essa assimetria não significa ausência de contrapoder, visto que a base terá de compreender que apoiar não significa apenas votar com o governo, e a oposição terá que estar ciente de que a fiscalização vai muito além de votar contra.

Celina terá o desafio de conduzir uma maioria forte para governar, mas plural o bastante para que a Câmara preserve sua autonomia, concluindo-se que o principal desafio dos próximos quatro anos não será construir governabilidade, mas, sim, dar qualidade à governabilidade que as urnas já tornaram possível.

***Leandro Gabiati, cientista político e professor do Ibmec Brasília**